

## **“A Pedra Fundamental da Eugenia no Brasil”: a fundação do Ambulatório Rivadávia Corrêa**

**“The Cornerstone of Eugenics in Brazil”: the foundation of the Ambulatório Rivadávia Corrêa**

**Renata Patricia Forain de Valentim  
Rafaela Antunes Fernandes Petrone  
Gustavo Henrique Aragão Muniz de Araújo  
Pedro Henrique Abreu da Silva  
Vitor Oliveira Braga**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Brasil

### **Resumo**

Esta pesquisa investiga como a fundação do Ambulatório Rivadávia Corrêa, polo irradiador da educação higiênica nos subúrbios cariocas, foi noticiada por periódicos, jornais e revistas do período. A hipótese é que o ambulatório ratificou uma política de tratamento que extrapolava o saber psiquiátrico e fazia confluír discursos diversos, tais como republicanismo, trabalho, pobreza e raça. Na análise desse campo de diálogo espera-se compreender a participação do ideário psiquiátrico nas teorias eugênicas e inseri-lo em uma perspectiva mais ampla, adequada ao conjunto de instrumentos de regulação social que precisaram ser construídos (ou reconstruídos) após o fim da escravidão no Brasil. A pesquisa foi realizada sobre fontes primárias, que compõem o acervo da plataforma *Hemeroteca Digital*, da Biblioteca Nacional. Como instrumento de análise desse material se fez uso do conceito de Marcador Social, compreendido como o conjunto de diferenças socialmente construídas que se somam na produção das desigualdades ou hierarquias.

**Palavras-chave:** Ambulatório Rivadávia Corrêa; eugenia; marcador social.

### **Abstract**

This research investigates how the foundation of Ambulatório Rivadávia Corrêa, a hub for hygienic education in the suburbs of Rio de Janeiro, was reported by journals, newspapers and magazines of the period. The hypothesis is that the clinic ratified a treatment policy that extrapolated psychiatric knowledge and brought together diverse discourses, such as republicanism, work, poverty and race. In the analysis of this field of dialogue, it is expected to understand the participation of psychiatric ideas in eugenic theories, and insert it in a broader perspective, adequate to the set of instruments of social regulation that had to be built (or rebuilt) after the end of slavery in Brazil. The research was carried out on primary sources, which make up the collection of the *Hemeroteca Digital* platform of the National Library. As a tool for analyzing this material, the concept of Social Marker was used, understood as the set of socially constructed differences that add up to the production of inequalities or hierarchies.

**Keywords:** Ambulatório Rivadávia Corrêa; eugenics; social marker.



## Introdução

O Ambulatório Rivadávia Corrêa, primeiro do gênero na América do Sul, foi inaugurado em 1920 com o objetivo de oferecer um tratamento preventivo às doenças mentais e nervosas por meio do aconselhamento genético. Idealizado como um *Instituto Eugênico*, uma instituição modelo, queria ser um elemento de resistência ao que era denominado então como “degeneração das raças” (Assistência a Alienados, 1920, p. 19), atuando na “educação higiênica e sistemática do povo e na difusão dos princípios eugênicos” (p. 19).

Seu nome é em homenagem ao político Rivadávia da Cunha Corrêa, falecido neste mesmo ano, e que em seu mandato como ministro havia se empenhado pessoalmente na criação do Ambulatório, contribuindo para que o alegado problema sanitário do Brasil se tornasse um dos pontos essenciais do governo (A inauguração do ambulatório Rivadávia Corrêa, 1920). Sua construção começara um ano antes, a partir dos donativos obtidos de particulares por Gustavo Riedel, outro de seus principais idealizadores, além de um modesto auxílio do governo federal.

A pequena participação financeira do Estado na edificação do ambulatório não impede que em sua inauguração, Alfredo Pinto, ministro da Justiça e Negócios Interiores, atribua a iniciativa do ambulatório à ilustração e ao patriotismo do presidente da república. Segundo o ministro, haveria um empenho pessoal de Epitácio Pessoa nos interesses vitais do país, entre os quais a saúde pública, saneando aquelas localidades “minadas ainda hoje pelo impaludismo e outras endemias que precisam desaparecer para que se possa apurar a raça e engrandecer o paiz” (Ambulatório Rivadávia Corrêa, 1920, p. 5), atuando de forma relevante “na senda do progresso sanitario do nosso paiz” (p. 5).

O Ambulatório foi então o ponto de partida dessa ação, uma instituição idealizada para ser “a pedra fundamental da eugenia no Brasil” (A inauguração do ambulatório Rivadávia Corrêa, 1920, p. 194). Era voltada para as chamadas classes desfavorecidas e tinha como dois de seus principais objetivos: a prevenção de doenças, como a sífilis, e a prevenção do uso abusivo do álcool, da cocaína e da morfina, que supostamente levariam os indivíduos à loucura ou à invalidez. Era ainda uma instituição que incorporava e difundia os ideais republicanos de uma nação pacífica e laboriosa (Cunha 1986), e que para isso extrapolava o campo comum da psiquiatria, concretizando os projetos institucionais que a nova ordem política exigia. Uma ordem que não apenas impunha o controle sobre aqueles que eram tomados como desviantes perigosos,

mas que também se tornava cada vez mais abrangente, recomendando, por exemplo, a conveniência ou não das proles:

Essa massa de abortos que as estatísticas da Saúde Pública consignam diariamente, fazendo perecer forças vivas indispensáveis ao engrandecimento do país, e nos deixa os imbecis, os atrasados mentaes que infestam todos os asylos, transformados em peso inútil, mais nocivos que os mortos (Assistência a Alienados, 1920, p. 19).

Segundo Cunha, o processo de implantação de instituições como o ambulatório seria o resultado de um “esforço civilizador” (1986, p. 123), que se acentua com a Primeira República, e que se autolegitima como princípio ordenador e controlador, seja das massas de imigrantes e das agitações operárias, seja da vida familiar das populações mais vulneráveis. Um princípio civilizatório, que faria frente à imagem da urbe como local das multidões violentas, ameaçadoras, viciadas e imorais.

Partindo destas primeiras observações, a hipótese investigada foi a de que o projeto do ambulatório consistiu em uma política de tratamento que extrapolava em muito o saber psiquiátrico, fazendo confluir temas e discursos diversos, tais como republicanismo, trabalho, pobreza e raça. Dessa forma, e tendo em vista o caráter preventivo e massivo antevisto para os seus serviços, o objetivo principal deste trabalho se concentrou então em como o processo de fundação desta instituição, que efetivamente se tornou um polo irradiador da educação higiênica das classes trabalhadoras nos subúrbios cariocas, foi popularmente apresentada e defendida pelas publicações da época.

Supõe-se que a análise destes documentos permitirá determinar a quem essa proposta de atendimento higiênico era dirigida e sua relação com os atores sociais hegemônicos na segunda década da Primeira República brasileira, momento em que o país começava a deixar de lado suas feições rurais e via sua população progressivamente ocupando as indústrias e os espaços urbanos da capital.

Permitirá também circunscrever as relações simbióticas entre o ideário psiquiátrico que se consolidava e as medidas higiênicas e eugênicas tomadas pelo Estado, além de inserir o atendimento clínico proposto em uma perspectiva mais ampla, adequada ao conjunto de instrumentos de regulação social que precisaram ser construídos (ou reconstruídos), após o fim da escravidão no Brasil e o advento da república.

## Metodologia

A pesquisa foi realizada sobre fontes primárias. Como já foi dito, por meio da análise dos periódicos, tabloides e revistas que acompanharam e reportaram esta inauguração e que puderam ser localizados no acervo da plataforma *Hemeroteca Digital*, da Biblioteca Nacional. Nessa plataforma, a busca foi orientada pela palavra-chave *Ambulatório Rivadávia Corrêa* e concentrou-se nas publicações cariocas que, no período entre 1920, data da fundação da instituição, e 1929, último ano da Primeira República, reportaram ou fizeram alusão à inauguração do Ambulatório. É importante salientar que a grafia original dos excertos foi propositadamente mantida.

Os tabloides e revistas analisados foram: *Correio da Manhã*; *A Época*; *Crítica*; *Gazeta de Notícias*; *Jornal do Brasil*; *A Noite*; *O Malho*; *A Manhã* e *Gazeta Suburbana*. Apesar de serem publicações que circularam na capital da República em um mesmo período, possuíam características singulares e voltavam-se para diferentes tipos de leitores.

Entre os tabloides, alguns, como o jornal *A Gazeta Suburbana*, buscavam os leitores dos próprios subúrbios, dando destaque a crônicas e acontecimentos locais, às articulações entre o mundo político e os interesses do subúrbio, bem como às atividades promovidas pelas associações e agremiações suburbanas. Outros, como o *Jornal do Brasil* ou *A Gazeta de Notícias*, apesar das modificações editoriais sofridas ao longo dos anos, possuíam um público mais abrangente, que consumia não apenas suas reportagens, mas também seus debates políticos e suas seções culturais. Havia ainda os abertamente críticos à movimentação política da primeira república brasileira, tais como a revista *O Malho* ou o respeitado jornal *A Noite*, publicação que gozava de grande prestígio entre os movimentos de oposição ao regime (A Noite, 2022).

Além dos tabloides e revistas de circulação para o grande público, também foram localizados relatos sobre a inauguração do Ambulatório no periódico científico *Arquivos Brasileiros de Neurologia e Psiquiatria*. Publicado a partir de 1919, este periódico se dedicava a trazer propostas para a psiquiatria brasileira, veiculando trabalhos de profissionais do Hospício Nacional e importante fonte de pesquisa das práticas clínicas e diagnósticas do período (Facchinetti, Cupello & Evangelista, 2010).

Seja como for, o que deve ser ressaltado nestas publicações é a sua capacidade de interpretar os acontecimentos durante a primeira república, não apenas informando, mas também assumindo um importante espaço de crítica social e de formação política de seu leitor. No caso dos princípios eugênicos, pode-se dizer que elas foram um instrumento de reverberação, registrando e

acompanhando a construção de seus princípios teóricos e práticos, abordando temas como a formação racial brasileira, consanguinidade, doenças hereditárias, esterilização e internação compulsória, entre outros (Góes, 2015).

Como instrumento de análise desse material se fará uso do conceito de Marcador Social ou Marcadores Sociais, que grosso modo pode ser definido como o conjunto de diferenças socialmente construídas e que se somam na produção das desigualdades ou hierarquias (Hirano, 2019). A ideia é que a constituição dessas desigualdades não pode ser reduzida a um único fator determinante, mas sim que diversas formas de expressão de poder, vindas de atores heterogêneos, contribuem na instituição dos aparatos de disciplina e organização sociais, dando-se a ver nas mais diversas formas de opressão que moldam a experiência de um grupo ou indivíduo.

Acredita-se que essa é uma categoria que oferece importante chave de leitura para a compreensão do modo como sistemas sociais, tais como os de raça, de classe social, gênero e sexualidade, etnicidade, nação ou idade, se entrecruzam e moldam a experiência de determinados grupos sociais. A ideia aqui é dar um panorama sucinto da forma como é compreendido esse entrelaçamento das marcas de diferença (Henning, 2015) e porque se supõe que elas estejam presentes na construção do ambulatório Rivadavia Corrêa.

Segundo Hirano (2009), o campo de estudo dos marcadores sociais pode ser dividido em dois grandes grupos de autores. Para o primeiro grupo, que incluiria autoras como Avtar Brah, Kimberlé Crenshaw ou Patrícia Hill Collins, o termo é descritivo e auxilia nas análises que buscam o entrecruzamento de categorias. Para o segundo grupo, de autoras tais como Lilia Schwarcz ou Heloísa Starling, é substantivo, um conceito e uma perspectiva de análise que pretende responder problemas teóricos e empíricos.

De todo modo, para esses dois grupos, o marco simbólico dessa preocupação em entrelaçar distintas formas de diferenciações e desigualdades sociais pode ser reportada aos grupos feministas negros e lésbicos das décadas de 1970 e 1980 no Estados Unidos, grupos que reivindicam mudanças políticas que acolham essas múltiplas marcações. Um de seus grandes marcos simbólicos é o manifesto de 1977 do *Combahee River Collective*, grupo que combatia as diversas formas de opressão, tais como o sexismo, o racismo, o heterossexismo, a exploração capitalista imperialista ou de classe social, sempre de modo interligado (Henning, 2015).

No âmbito acadêmico, autoras como Angela Davis e bell hooks, contribuem de modo decisivo para o início de uma formatação do conceito, relacionando-o a sistemas classificatórios mais complexos, contextualizados historicamente e

organizados em sistemas de relações sociais e modos de conhecimento (Hirano, 2019). Com ele, seria possível compreender tanto o entrelaçamento das diversas possibilidades de sujeição e hierarquia, quanto perceber as consequências estruturais e dinâmicas dessa interação; além da possibilidade de se investigar como ações e políticas também podem reforçar vulnerabilidades preexistentes e criar formas permanentes de desempoderamento.

Segundo Biroli e Miguel (2015) esta convergência nos possibilitaria justamente perceber como as desigualdades que se somam atuam com diferentes pesos e importância na especificidade de cada grupo oprimido. E o quanto o conjunto destas variáveis não significa uma simples sobreposição de padrões de dominação independentes, mas um entrelaçamento muito mais intrincado, que se institucionaliza das mais variadas formas em uma subordinação estrutural de alguns atores sociais sobre outros.

Por um outro lado, segundo Hirata (2014), permitiria ainda questionar as pretensas neutralidade e universalidade científicas e relacioná-las à visão de mundo daqueles que as criaram. No caso deste estudo, abrindo a possibilidade para identificar no racismo científico das políticas eugenistas, a manutenção da estrutura social e racial brasileira e a inserção dos preceitos científicistas na consecução desta nova fase da política nacional, definindo o conjunto dos comportamentos que seriam considerados *desviantes* ou inadequados à tal ordem republicana.

## **Da Policlínica dos Subúrbios ao Ambulatório Rivadávia Corrêa**

Instalado no prédio anexo à Colônia de Alienadas do Engenho de Dentro, o Ambulatório Rivadávia Corrêa, serviço destinado à “profilaxia das doenças nervosas e mentaes” (Será inaugurado hoje o Ambulatório Rivadávia Corrêa, 1920, p. 1), é oficialmente inaugurado no dia 14 de junho de 1920, uma segunda-feira. O atendimento oferecido por este ambulatório iria somar-se a outros que já aconteciam na chamada Policlínica dos Subúrbios, como os de clínica médica, cirurgia, obstetrícia e ginecologia, oftalmologia, entre outros.

Aberta em fevereiro de 1919, quando o Ambulatório Rivadávia Corrêa ainda não havia sido inaugurado, a Policlínica era um serviço de amplo alcance entre as camadas populares do Rio de Janeiro, ou, nas palavras dos jornais e revistas da época, da “população pobre da zona suburbana” (Prefeitura, 1919, p. 2), “das classes desafortunadas e habitantes de uma zona desprovida” (Polyclínica dos subúrbios, 1919, p. 2). Chegava a prestar mais de 2500 atendimentos em um único mês, um número expressivo se considerarmos que a população dos



subúrbios do Rio de Janeiro contava com pouco mais de 213 mil habitantes em 1918 (Goulart, 2005).

A criação da Policlínica foi a saída encontrada para a enorme procura, por parte desta população mais empobrecida, dos serviços de saúde que a Colônia de Psicopatas oferecia às internas. Busca especialmente intensificada durante a pandemia de gripe espanhola de 1918, quando “afluíram à colônia verdadeiras avalanches de doentes, em sua maioria mulheres, trazendo ao colo e às mãos os filhos enfermos” (Neves, 1943, p. 281), sem que a instituição possuísse os meios necessários para tratá-los, já que seus recursos médicos e farmacêuticos eram insignificantes diante da demanda instaurada.

A gripe espanhola interrompeu a produção têxtil, fechou bares, teatros e comércio, ameaçou a cidade com o desabastecimento e a fome, que “se aliava à pandemia para o aumento da mortalidade” (Costa, 1985, p. 89). Nos subúrbios, a situação era ainda mais precária. As péssimas condições de vida encontradas pela pandemia contribuíram para o alastramento da doença, dizimando a população proletária e dando a ver de modo irrefutável as formas precárias de vida a que estavam submetidos os trabalhadores suburbanos e as populações mais vulneráveis. Condições que já eram uma antiga preocupação de alguns médicos sanitaristas, que em 1918 fundaram a Liga Pró-saneamento, uma associação que defendia as ações de um Estado forte sobre as condições sanitárias do país; e em 1920 o Departamento Nacional de Saúde, uma instituição nacional de organização sanitária. (Costa, 1985).

A liga sanitária foi um movimento plenamente afinado com as classes médias urbanas que começavam a se constituir. Segundo Costa (1985), refutando as teses colonialistas que supunham uma incompatibilidade intransponível entre os ideais civilizatórios e a vida nos trópicos, a liga defendia a organização racionalizada e centralizada da saúde pública. Foi um movimento marcadamente nacionalista, vinculado à busca de um espaço político destes novos atores sociais, que tentavam elaborar um pensamento nacional autônomo para solucionar os problemas brasileiros, sem recorrer aos modelos estrangeiros (Costa, 1985).

Com essa mesma preocupação, nos anos seguintes à epidemia seriam instalados em terreno da Colônia, como serviços anexos e dirigidos ao atendimento da população suburbana e proletária, a Escola Profissional de Enfermeiras Alfredo Pinto, a assistência heterofamiliar, o dispensário para profilaxia das doenças venéreas, o serviço aberto de internação de psicopatas agudos e o Laboratório de Psicologia Experimental.



A inauguração do Ambulatório Rivadávia Corrêa, que ficaria sob a responsabilidade do psiquiatra Plínio Olinto, fez parte desta ampliação dos serviços ambulatoriais que passaram a ser oferecidos na gestão de Gustavo Riedel, eleito e nomeado diretor da Colônia ainda na conjuntura da gripe espanhola (1918). Conforme noticiado amplamente pela imprensa, que destacava a grande lacuna que esta instituição viria a preencher (Será inaugurado hoje o Ambulatório Rivadávia Corrêa, 1920; Assistência a Alienados, 1920; A Colônia de Alienados do Engenho de Dentro, 1920), o ambulatório foi inaugurado e integrado ao patrimônio da Assistência a Alienados. Era uma construção circular, composta por seis pavilhões interligados por uma espaçosa varanda interna, que por sua vez circulava uma fonte, em um amplo jardim central.

Seu primeiro pavilhão era ocupado pela portaria e pela farmácia. À direita, ficava o pavilhão de doenças internas, a cargo do Dr. Henrique Duque, chefe de serviço. À esquerda, ficava o pavilhão de doenças de crianças sob a direção do Dr. Alfredo Neves. Mais adiante, se encontrava o pavilhão de olhos, ouvidos, nariz e garganta, a cargo do Dr. Castilho Marcondes, e à sua esquerda o pavilhão de pele e sífilis, a cargo do Dr. Zopyro Goulart. Ao fundo estava o pavilhão de cirurgia, que compreendia cirurgia geral, vias urinárias e ginecologia, a cargo do Dr. Adolpho Possollo (Ambulatório Rivadávia Corrêa. Colônia de Mulheres Alienadas, no Engenho de Dentro, 1920, p. 3).

Os pavilhões de clínica médica e de crianças dispunham de uma sala de consultas, um vestiário e uma sala de exames e pequenos procedimentos. Enquanto isso, os pavilhões de pele e olhos possuíam uma sala de consulta, uma sala de exame e curativos, um vestiário e uma sala de operações, além de uma câmara escura especialmente para o pavilhão de olhos. Já no pavilhão de cirurgia, havia dos dois lados uma sala de consulta, um vestiário e uma sala de curativos. Anexas ao pavilhão de cirurgia, estavam dispostas duas pequenas enfermarias, de quatro leitos cada uma, para grandes intervenções, quartos de enfermarias, banheiros, sala de esterilização, ao lado de duas salas de operações (sépticas e assépticas).

Ainda segundo a imprensa, a inauguração ocorreu sob uma chuva torrencial, mas com um público descrito como "selecto e distinto" (Será inaugurado hoje o Ambulatório Rivadávia Corrêa, 1920, p. 1), que contava com o ministro do interior, Alfredo Pinto; com o diretor da Assistência Geral da Nacional aos Alienados, Juliano Moreira; o desembargador Geminiano da França, chefe de polícia; o capitão Júlio Rodrigues, inspetor do Corpo de Segurança; além de representantes da imprensa, acadêmicos e do corpo clínico da Colônia.

A reunião de tantos personagens ilustres e o fato de a inauguração ter sido tão minuciosamente narrada pelas publicações analisadas parece indicar a importância da instituição, que promete divulgar os princípios eugênicos, reverberando entre a população os princípios de uma descendência sadia. Uma preocupação crescente da república, que percebia na formação social brasileira uma degeneração intrínseca, fruto das misturas raciais que ocorreram ao longo de seu processo histórico.

A criação do ambulatório é descrita então como obra de uma razão esclarecida, que mira um “engrandecimento do país” (Ambulatório Rivadávia Côrrea, 1920, p. 5), colaborando para a prevenção das doenças, em especial as venéreas, “para tratar e instruir os desgraçados que se contaminam, extinguindo a prole e degenerando a raça” (Ambulatório Rivadávia Côrrea, 1920, p. 5). No discurso de inauguração da Policlínica proferido por Gustavo Riedel, que estampa as páginas de vários jornais e revistas da capital, tais como O Malho ou o Correio da Manhã, a justificativa para o projeto:

O Brasil possui o meio psysico-químico adequado ao futuro de uma grande raça e altas razões sociais e biológicas são de natureza a promover entre nós a imediata execução dos princípios eugênicos inculcando-se na alma popular a noção de descendência sadia, notadamente da procreação consciente e responsável (Assistência a Alienados, 1920, p. 19).

A aliança com os princípios eugênicos e a mesma preocupação com a descendência sadia podem ser identificadas nos inúmeros anúncios publicados pelo Estado ao longo da década de 1920, em jornais tais como o Correio da Manhã ou A Noite, divulgando o tratamento para as doenças venéreas que poderia ser acessado gratuitamente em alguns dispensários, entre os quais o do Engenho de Dentro. Mas pode ser identificada também nos registros feitos por publicações como O Jornal (Estão Abertas as Matrículas da Escola de Enfermeiras Alfredo Pinto, 1920), que noticia a presença dos médicos do Ambulatório nas associações e sociedades suburbanas, fazendo conferências públicas, alertando para o que seriam as causas da loucura e os meios para evitá-la, fazendo intensa propaganda da eugenia e distribuindo brochuras, folhetos, demonstrativos dos males causados pelas bebidas alcoólicas, pela sífilis e pela tuberculose; reunindo-se com a população para a apresentar quais fenômenos deveriam ser considerados normais e quais deveriam ser considerados patogênicos.

Além disso, pelo que é noticiado, parece haver uma busca ativa de focos de doença, através de inspeções domiciliares pelo alienista ou por seu assistente, onde eram expostas as causas da loucura e os meios de evitá-la no indivíduo e

na família. Ao longo da década de 1920, essas visitas também foram realizadas pelas enfermeiras da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, que, ao se matricularem na instituição, poderiam optar pela formação oficial em enfermagem ou pela especialização de *visitadora oficial*, curso destinado àquelas que já eram enfermeiras e que desejavam trabalhar nas visitas domiciliares. No caso das últimas, as disciplinas obrigatórias do curso eram: Higiene social; puericultura; noções gerais de psicologia; organização da vida social: legislação social e leis da assistência; diagnóstico, profilaxia e terapêutica das doenças sociais (Estão Abertas as Matrículas na Escola de Enfermeiras Alfredo Pinto, 1929).

A busca ativa de casos e as palestras dos alienistas como formas profiláticas de atuação no território se confirmam em uma publicação (essa de natureza científica) dos Arquivos Brasileiros de Neuriatria e Psiquiatria:

A prophylaxia das psychoses ... será levada a efeito no serviço externo da Colonia em inspecções domiciliares pelo alienista ou assistente, que realizarão ainda na sede das sociedades suburbanas, sem preferencia de seita, conferencias publicas, em que serão expostas as causas da loucura e os meios de evitá-la no indivíduo e na família (A inauguração do ambulatório Rivadávia Corrêa, 1920, p. 193).

Como pode ser notado, valendo-se das prerrogativas da ciência, a atuação do médico avançava sobre o âmbito familiar, privado, avaliando o quão saudáveis poderiam ser as relações familiares. Mas atuava também nos espaços públicos, nas fábricas, nas escolas, em uma pedagogia massiva, sistemática. Segundo Souza e Boarini (2008), prevenindo o inoportuno e excluindo o que não consegue prevenir:

Se o indivíduo é que não tinha o conhecimento sobre hábitos sadios, arrumava-se um jeito de instruí-lo. Se o indivíduo não mantinha comportamentos considerados à altura de uma nação que pretendia ser desenvolvida, procurava-se instituir a ordem através da educação higiênica e moral no âmbito familiar, nas fábricas e nas escolas (p. 290).

A intensa propaganda dos princípios eugênicos parece fazer efeito junto à ainda incipiente elite republicana e urbana de beneméritos, associações comerciais e beneficentes que financiam a construção da instituição. Para estes atores, o apelo de Riedel era "patriótico" (O Jornal, 1920, p. 3), construía dispositivos para o aperfeiçoamento moral, físico e mental da "espécie humana" (p. 3). A ideia de degeneração, adotada pelo discurso psiquiátrico, populariza-se

e passa a ser diretamente associada ao alcoolismo, à higiene, às condições de moradia, alimentação e moralidade das massas.

### **Um Racismo Científico-Colonial**

As teorias raciais relacionadas aos grupos humanos, importadas da Europa e dos Estados Unidos, tiveram grande aceitação no Brasil entre 1870 e 1930. Baseadas em teses biológicas, relacionavam as características físicas dos indivíduos à sua capacidade intelectual, em hipóteses que progressivamente serão ampliadas para povos inteiros (Albuquerque & Fraga, 2006). E não é por acaso que a ideia de raça se difunde no país entre os últimos anos do Império e os primeiros da República. Nesse momento, novas formas de dominação precisaram ser construídas de modo a preservar as hierarquias sociais estabelecidas: “Pensar o mundo republicano e sem escravidão não queria dizer pensar uma sociedade de oportunidades iguais; muito pelo contrário, a preocupação estava em garantir que brancos e negros continuariam sendo não só diferentes, mas desiguais” (Albuquerque & Fraga, 2006, p. 205).

Cabia agora à ciência, através da biologia e suas teorias raciais, justificar as desigualdades sociais. Segundo Schwarcz, a ideia de que era preciso “cuidar da raça” (2021, p. 283) torna-se então um lugar comum entre os intelectuais brasileiros nas primeiras décadas do século XX, que elegem a eugenia como uma solução para o aprimoramento biológico da população brasileira, percebida como em formação, mas também como já comprometida pela mestiçagem. Seria preciso “educá-los, incitá-los a casamentos desejáveis, evitar os maus hábitos e perversões” (Schwarcz, 2021, p. 305).

Já a ideia de degeneração, associada tanto às classes populares quanto à população miscigenada, ganhou lastro a partir do século XIX. Foi impulsionada pelos trabalhos de medicina legal, solidamente apoiados na biologia e na adaptação (Costa, 1981). Casos de doença mental, epilepsia e alcoolismo passam a ser considerados consequência da mesma mistura de raças, que devia ser evitada numa população que se pretendia saudável. Entretanto, é interessante notar, junto com autores como Costa (1981) ou Guimarães (1995), que foi essa particularidade da composição social do país e a premência de encontrar caminhos para normatizá-la, que acabou por singularizar a construção do pensamento científico brasileiro. Ao esbarrar nos hábitos e condutas que levavam os indivíduos a não se subordinarem aos objetivos do Estado, a medicina toma para si a sua reconversão e torna a educação higiênica das famílias uma tarefa urgente dos médicos (Costa, 1981).

Ainda segundo Costa (1981), estes psiquiatras confundiam ou pelo menos associavam indevidamente os problemas psiquiátricos aos problemas da cultura. Para esses profissionais, os fenômenos, fossem psíquicos ou civilizatórios, possuíam o mesmo fundamento biológico. E, em sendo essa causa universal, a biologia permitia que a medicina interviesse em todos os níveis da sociedade e determinasse “o modo concreto de organização e funcionamento de todas as instituições sociais, desde a família até o Estado” (Costa, 1981, p. 24), um fundamento apriorístico à própria moral, à família ou à política.

Falando desta mesma confusão entre biologia e cultura, Frantz Fanon, em sua análise da condição do negro em um contexto colonial, faz a seguinte afirmação: “O negro não é um homem ... é uma zona de não ser” (2008, p. 26). A provocação é na verdade uma denúncia aos processos responsáveis pela desumanização de pessoas negras escravizadas, mesmo com o fim do tráfico no Atlântico. No entendimento do que sejam os *processos de desumanização*, caberiam não apenas a violência física explícita ou a imposição de formas precárias de subsistência, como também a anulação de seus traços culturais e as formas próprias de existência que contrastavam com aquelas trazidas pelos colonizadores. Nas palavras de Cunha, espaços em que “os limites onde o permitido (ou tolerado) e o interdito tinham margens bem mais estreitas” (1986, p. 127). Lugar de pouquíssimas possibilidades de atuação e onde os parâmetros que orientam as condutas possuem regulações diferentes, que obedecem às marcações de raça, classe e/ou gênero.

Também nesta mesma direção, Almeida (2019) observa que o racismo científico que sustenta a eugenia está atrelado a uma noção de humanidade construída pelo ocidente colonizador. Um conceito que soa quase que intuitivamente, mas que na verdade exigiu uma sofisticada e complexa construção filosófica, que “transformou o europeu no homem universal e todos os povos e culturas não condizentes com os sistemas culturais europeus em variações menos evoluídas” (Almeida, 2019, p. 152).

Em publicações, como a Gazeta de Notícias (A Colônia de Alienados do Engenho de Dentro, 1920), esse padrão de refinamento cultural e científico está presente já na forma como o ambulatório é descrito, contrastando vivamente com as narrativas que descrevem a população mais empobrecida da cidade à qual as políticas sanitárias se dirigem. A construção, com fachada em estilo jônico, é descrita como “dentro de um jardim” (p. 3); já a imagem de sua solidez e assepsia aparece em “todos os seus tectos de cimento armado, com as paredes de ladrilho branco” (p. 3) ou nos “móveis de ferro, esmaltados de branco” (p. 3), onde “toda a instalação é de primeira ordem” (p. 3) e composta pelos “modelos

mais modernos” (p. 3) de aparelhagem. A racionalidade e clareza de seu projeto também aparecem na descrição do edifício, onde sobeja a “luz natural e elétrica” (p. 3). Já no Correio da Manhã (Será inaugurado hoje o Ambulatório Rivadávia Corrêa, 1920), a narração da visita inclui a observação sobre as flores naturais colocadas “aqui e ali com bom gosto e arte” (p. 1), como “predicados da mão feminina” (p. 1) das “jovens e delicadas” (p. 1) enfermeiras, farmacêuticas e auxiliares.

Já a população a qual o ambulatório se destina é “desamparada” (A Colônia de Alienados do Engenho de Dentro. As supostas irregularidades ali existentes. Impressões de uma visita, 1920, p. 3), “à mercê do acaso” (p. 3). Mas o atendimento clínico a ser ofertado é seletivo e dispõe que médico alienista e assistente farão mensalmente uma inspeção em todas as casas onde souberem que há algum caso de alienação. Deverão propor o tratamento ou a remoção “de taes doentes afim de evitar a propagação do mal” (p. 3). Em jornais, como o Correio da Manhã, o mal, a sujeira e a doença também se confundem nas descrições do universo da população mais pobre. Vivem em local de “barulhentos habitantes” (Será inaugurado hoje o Ambulatório Rivadávia Corrêa, 1920, p. 4), abrigo de toda espécie de “malandros perigosos” (p. 4), e onde os agentes designados pelo chefe de polícia entram “à cata de vagabundos” (p. 4) ou para fazer uma “limpeza” (p. 4).

### **Eugenia: A Verdadeira Religião da Humanidade**

Com uma longa história, que remonta à antiguidade clássica, a busca pela purificação da raça aparece de forma intermitente ao longo de toda a história ocidental. Pode ser identificada já nos períodos de hegemonia helênica e romana, na seleção deliberada dos mais fortes e aptos. Intenção que se justificaria em uma época, tanto de condições de trabalho extremamente árduas, quanto de guerras por conquistas territoriais, como forma de garantir a sobrevivência de um povo (Boarini, 2003).

Na Modernidade, o termo Eugenia será cunhado na virada do século XIX para o XX, por Francis Galton. Já em outro contexto científico e epistemológico, a proposta é a da reprodução seletiva e controlada, a fim de melhorar os atributos hereditários da espécie ao longo das gerações (Portugal, 2005):

... a eugenia propunha, basicamente, estimular os nascimentos desejáveis (eugenia positiva) e desencorajar deliberadamente a união e a procriação dos tarados e degenerados, considerados nocivos à sociedade. Nessa categoria estavam incluídas as pessoas

tuberculosas, as sífilíticas, as alcoolistas, as epiléticas, as alienadas e tantos outros indesejáveis (Boarini, 2003, p. 29).

Novamente começa a se disseminar a ideia de que o fortalecimento de um povo, ou de uma nação, estava diretamente relacionado a uma pretensa harmonia física e intelectual de sua população. Nessa perspectiva, as muitas contradições sociais serão interpretadas como fenômenos naturais, fazendo com que se configure “uma nítida confusão entre determinação biológica e a construção histórico-social da humanidade” (Boarini, 2003, p. 30).

Como já foi dito, no Brasil, o movimento eugênico repercutiu fortemente entre os intelectuais, em especial junto a médicos psiquiatras e sanitaristas preocupados com a constituição étnica da população nacional nas primeiras décadas do século XX. Segundo Souza (2016), o Brasil se destacou na América Latina como o primeiro país a aderir aos princípios eugênicos, ser aquele que mais teve êxito na institucionalização da eugenia e o que mais teve adeptos desta doutrina.

Em 1910, o país ganha a sua primeira sociedade eugênica, a Sociedade Eugênica de São Paulo, que reunia cerca de 140 pessoas. Seus membros tinham em comum a confiança na modernização e no aperfeiçoamento social através da ciência. Segundo Mai (2021), uma prática social aliada ao desenvolvimento tecnológico e científico, com o objetivo de reforçar a reprodução das diferenças de classe, e destinando à camada social dos *inferiorizados*, que compunham a população brasileira no início do século XX, a limitação da natalidade a segregação. Dividindo-os entre os aptos e os inaptos à procriação.

Os participantes do movimento eugenista brasileiro seguiam as orientações do Congresso Médico de Milão, ocorrido em 1906, “no qual foi representante do Brasil o eminente professor Dr. Juliano Moreira” (Ambulatório Rivadávia Côrrea, 1920, p.5). Propunham a educação higiênica como possibilidade de melhorar física, mental e racialmente as gerações. Os mais radicais supunham que a solução para os problemas atravessados pela sociedade brasileira naquele momento, fossem eles de caráter político, social ou sanitário, estava no retorno ao domínio da seleção natural, cuja ação havia sido comprometida pela proteção filantrópica aos mais fracos, entre outras coisas.

Neste sentido, a inauguração dos serviços do ambulatório, como uma instituição eugênica modelar, cumpria a tão esperada união entre ciência e administração pública. Uma administração esclarecida, orientada por princípios universais, biológicos: “A missão biológica desse ambulatório ... nada mais é do que a hominocultura e pesará por certo na balança da civilização” (A inauguração do ambulatório Rivadávia Corrêa, 1920, p. 193). Sob a sua égide, fenômenos



sociais como a criminalidade, prostituição, doenças mentais, vícios ou pobreza seriam cada vez mais associados à hereditariedade, fazendo com que os intelectuais, e a ainda incipiente elite urbana, composta por profissionais liberais, industriais e comerciantes, acreditassem no papel que a eugenia e a educação higiênica poderiam desempenhar no que se considerava a regeneração da raça nacional (Souza & Boarini, 2008).

O novo dispositivo terapêutico passa a atender cerca de 6000 pacientes por mês, que para serem consultados precisavam apresentar um atestado de pobreza, firmado por um médico, um delegado de polícia ou o próprio vigário. Registrado, esse paciente adquiria um cartão de matrícula dando acesso aos serviços médicos, cirúrgicos e farmacêuticos do ambulatório. A possibilidade de um médico, de um representante da polícia ou um representante da igreja atestarem a pobreza do requerente, mostra a reunião das várias instituições em torno do projeto eugênico, bem como o alcance capilar de sua difusão. Essa união se prolonga ao longo da década de 1920, como demonstra a reportagem do jornal *Crítica*, de março de 1928, intitulada: “É ao padre ou ao Delegado a quem cabe atestar a pobreza dos cidadãos?” (1928, p. 5).

Gustavo Kohler Riedel, idealizador do ambulatório Rivadávia Corrêa, é um dos expoentes da corrente eugênica que se firmou no Brasil nas duas primeiras décadas do século XX. Em seu discurso na Sociedade Brasileira de Neuropsiquiatria e Psiquiatria, ele defende a Eugenia como a verdadeira religião da humanidade, porque legava à espécie humana o exato aperfeiçoamento físico, moral e mental; regenerando, através da ciência, uma natureza humana decaída: “O paraíso bíblico o homem destruiu. Com a eugenia o homem criará o paraíso terrestre” (A inauguração do ambulatório Rivadávia Corrêa, 1920, p. 193). É nessa perspectiva, e “inspirado no patriótico apelo dos médicos de São Paulo que criaram a Sociedade Eugênica” (Ambulatório Rivadávia Corrêa, 1920, p. 5), que Riedel decide fundar no Rio de Janeiro a *Sociedade Brasileira de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal*, em 1907.

Já Renato Ferraz Kehl, um dos principais difusores do pensamento eugênico em São Paulo, fundador em 1918 da Sociedade Eugênica de São Paulo, defendia ideias ainda mais radicalizadas. Propunha a esterilização compulsória de alienados e criminosos e a prática de uma *filantropia seletiva*, orientada para o amparo daqueles que pudessem ser considerados realmente produtivos, sobretudo aqueles que a eugenia tomasse como tipos superiores da coletividade, deixando de lado aqueles categorizados como medíocres, doentes ou incapazes. Nesse caso, seriam privilegiadas aquelas que se adequassem ao tipo médio, com

bom funcionamento dos órgãos e cujas partes do corpo guardassem uma proporção harmônica (Souza & Boarini, 2008).

Neste período, segundo Schwarcz (2021), os mesmos exemplos de alcoolismo, sífilis ou loucura que atestavam a amoralidade das massas suburbanas comprovavam também a imperfeição de uma hereditariedade mista. Como já foi falado, um argumento muito conveniente para o regime republicano, que ao colocar os problemas sociais e políticos na conta da biologia e da hereditariedade, se desresponsabilizava politicamente das inumeráveis consequências da abolição da escravatura, da imigração europeia para o Brasil, da migração dos camponeses e antigos escravos para as cidades, e dos efeitos econômicos da industrialização, entre outras questões que agravavam as tensões sociais e colocavam em questão o próprio regime, cuja legitimidade a elite de dirigentes ainda perseguia.

Já para Mansanera e Silva (2000), o discurso médico-higiênico acompanhou o início do processo de transformação política e econômica da sociedade brasileira em direção a uma economia urbano-comercial. Ele se insere nos projetos de uma determinada classe política e econômica que desejava modernizar o país e suas cidades, e para quem a proliferação dos cortiços e favelas, a aglomeração de desocupados nas ruas e os surtos epidêmicos causavam grandes prejuízos. Esse aspecto é relevado pelos jornais, como o *Jornal do Brasil* ou o *Correio da Manhã*, que enfatizam sempre o quanto a construção do Ambulatório deveu-se às contribuições particulares e à preocupação de “todos quantos se interessam pelas causas públicas” (Ambulatório Rivadavia Côrrea, 1920, p. 5), “um problema de resolução séria” (p. 5).

Assim, o eugenista se transforma no grande fiador das instituições, sejam elas médicas, urbanísticas, políticas ou educacionais. Os novos investimentos com esse caráter são apoiados pela imprensa, que noticia amplamente as medidas tomadas pelo ministro do interior, Alfredo Pinto. Segundo as publicações, ele “encara o engrandecimento do nosso paiz, e atende às suas necessidades de ordem administrativa” (Ambulatório Rivadavia Côrrea, 1920, p. 5), fundando, ao mesmo tempo, o Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro, e iniciando as obras da Colônia de Alienados de Jacarepaguá.

Para os médicos, psiquiatras e sanitaristas, empenhados no processo de higiene sanitária do país, a experiência do Ambulatório na prevenção vai assegurar sua presença no território de modo contínuo, cotidiano, inclusive (e preferencialmente) nos lugares de maior intimidade dos pacientes. Segundo Engel (2001), consolidando o território conquistado e transpondo os limites de



suas atuações para além dos muros da Colônia e demais instituições em que atuam.

### **Marcas Sociais na Fundação do Ambulatório**

Como já foi falado, neste trabalho se fez uso do conceito de Marcador/ Marcadores Sociais, como instrumento de interpretação daquilo que foi recortado nas publicações analisadas e como chave de leitura para a compreensão do modo como sistemas sociais, tais como os de raça, de classe social, gênero e sexualidade, etnicidade, nação ou idade, se entrecruzam e potencializam a experiência de vulnerabilidade para determinados grupos.

No Rio de Janeiro dos primeiros anos da república, essa vulnerabilidade atingia grande parte da população, que padecia com a falta de moradia, abastecimento de água e saneamento. Problemas cotidianos que eram agravados pela sucessão de epidemias, como as de varíola e febre amarela, além das doenças já *tradicionais* como a malária ou a tuberculose. Cerca de 55% dessa massa urbana era composta de imigrantes em ocupações mal remuneradas, mal definidas ou sem ocupação, “no limite entre a legalidade e a ilegalidade” (Carvalho, 2001, p. 17). Era muito baixo o número de famílias registradas e grande o número de menores abandonados. As diversas crises que empurram as pessoas para a cidade fazem com que haja uma enorme ampliação da mão de obra menos qualificada, provocando uma luta pelos poucos empregos disponíveis.

Misturando-se aos imigrantes estão os recém alforriados e seus descendentes. Também são eles os “desgraçados” (Carvalho, 2001, p. 163), “degenerados”, “desamparados” e “doentes”, embora possam ser ainda “os capoeiras”, as irmandades, os grupos étnicos, estruturas comunitárias que “não se encaixavam no modelo contratual do liberalismo dominante na política” (p. 163), aqueles que mais compareciam às estatísticas criminais como desordeiros, contraventores, vadios ou bêbados. Era ali que se desenhava o verdadeiro rosto da cidade e onde, ainda, segundo Carvalho (2001), fracassavam sistematicamente as tentativas de mobilizar e organizar a população dentro de padrões conhecidos pela elite europeizada.

No processo de normatização das singularidades que constituíam o tecido urbano no Rio de Janeiro, o objetivo maior estava em estabelecer um modo de funcionamento que mantivesse o pacto social construído ao longo do período imperial. Suas instituições republicanas, longe de oferecerem protagonismo ao público e permitirem um redesenho social da cidade, são erigidas para dar

continuidade às relações sociais estabelecidas pela pesada tradição escravista, que sempre a caracterizou. Um “darwinismo republicano” (Carvalho, 1990, p. 25):

Nessas circunstâncias, o liberalismo adquiria um caráter de consagração da desigualdade, de sanção da lei do mais forte. Acoplado ao presidencialismo, o darwinismo republicano tinha em mãos os instrumentos ideológicos e políticos para estabelecer um regime profundamente autoritário (p. 25).

Dentre estes instrumentos ideológicos estão os jornais e revistas, que em suas publicações diárias naturalizam esse modelo e o promovem entre as classes alta e média. É possível perceber aí a importância que será dada para um Estado que controle, que sancione e centralize, como é o caso das ações sanitárias. Neste caso, o eugenista, como fiador das instituições republicanas, receberá a outorga para entrar tanto nos desvãos da cidade, quanto nos espaços de maior privacidade, inspecionando, removendo, reassentando, sempre com a desculpa de evitar o *mal* que se encarna nas formas populares de subsistência. Uma atuação altamente seletiva, que não atua nas causas históricas e políticas da desigualdade, mas que se concentra na produção das proles, na sexualidade, no uso de substâncias químicas e demais atividades que possam vir a comprometer a força de trabalho necessária para movimentar a cidade. Ou atuando para que as populações mais empobrecidas não violem os limites físicos e simbólicos de ocupação dos seus territórios.

Com Almeida (2014) e Passos (2018), podemos afirmar que estas são concepções de uma sociedade ainda escravista, onde as ideologias raciais estruturam as relações sociais como um fenômeno objetivo. São as Instituições de Violência (Basaglia, 2010), que organizam a sociedade naturalizando a força de uns sobre outros, e reproduzindo as desigualdades e opressões através do “controle dos corpos, comportamentos e subjetividades” (Passos, 2018, p. 13), fundamento do racismo científico presente nas políticas eugenistas: “Isto significa que o que caracteriza as instituições é a clara divisão entre quem dispõe e quem não dispõe de poder” (Basaglia, 2010, p. 93), “a violência exercida por quem está com a faca e o queijo na mão sobre quem se sente irremediavelmente subjugado. Família, escola, fábrica, universidade são instituições baseadas em uma divisão nítida de papéis” (p. 93).

## Considerações Finais

Este trabalho investigou como a fundação do Ambulatório Rivadávia Correia, serviço oferecido a partir de 1920 na Colônia de Psicopatas do Engenho de

Dentro, foi reportada nos jornais, revistas e periódicos em sua época. A hipótese desenvolvida foi a de que o projeto de elaboração de fundação do ambulatório era a ratificação de uma política de tratamento que extrapolava o saber psiquiátrico e fazia confluir temas e discursos diversos, tais como republicanismo, trabalho, pobreza e raça.

No caso da fundação do Ambulatório, pode-se apontar uma conjunção de marcadores significativos, potencialmente ativos na manutenção das desigualdades sociais. Como já foi falado, a instituição é disposta como um instrumento regulatório importante da primeira república, integrando a organização econômica e política da sociedade ao atuar direta e profundamente sobre as classes proletárias, ex-escravos e seus descendentes e moradores dos subúrbios do Rio de Janeiro. A reunião desses poderes pode ser percebida já na inauguração, que reúne diversos representantes *seletos e distintos* da elite política da capital, tais como o corpo médico da instituição, um representante do primeiro escalão do governo federal, representantes da imprensa, da academia e da segurança.

Mas além destes marcadores mais explícitos de território, raça e de classe, que se conjugam na fundação e no trabalho do ambulatório, podem ser registradas outros mais tênues, como o da religiosidade, que também se entrelaça na determinação do lugar hierárquico da população atendida. Um exemplo é a concessão do atestado de pobreza, passaporte para o atendimento no Ambulatório, que só poderia ser dado pelo pároco, pelo médico ou pelo delegado. A reunião dessas forças, além de congregar o já esperado poder médico ao policial, inclui também a Igreja Católica, como a instituição religiosa oficial de abrigo e encaminhamento dos *desvalidos*, deixando de fora do pacto político as demais correntes religiosas.

Na análise do campo de diálogo formado por essas marcações sociais procurou-se tanto compreender a participação do ideário psiquiátrico nas formulações higiênicas e eugênicas; quanto inserir o aparecimento dessas ideias em uma perspectiva mais ampla, adequada ao conjunto de instrumentos de regulação social que precisaram ser construídos (ou reconstruídos) após o fim da escravidão no Brasil, em um entrelaçamento intrincado, que se institucionalizou das mais variadas formas, em uma subordinação estrutural de alguns atores sociais sobre outros.

Como dito, a pesquisa foi realizada sobre fontes primárias, neste caso, os artigos de jornais e revistas e periódicos científicos, que puderam ser localizados na plataforma da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e que narraram a inauguração do ambulatório. Nessa pesquisa, buscou-se distinguir os atores

sociais envolvidos e como foram apresentados os objetivos eugenistas da instituição à opinião pública.

Como instrumento de análise foi utilizado o conceito de marcador/marcadores sociais, que forneceu a base para circunscrever teoricamente o entrecruzamento de determinações sociais na manutenção das hierarquias e desigualdades. No caso do ambulatório, de uma instituição que foi idealizada para selecionar e manter submissos aqueles que se mostrassem mais dóceis e adaptáveis à ordenação imposta pela elite social e política da capital, em uma teia onde as diferenças oriundas do território, da classe social, da raça, da cultura ou da religião se alimentam e se reforçam na manutenção das desigualdades.

A leitura dos tabloides sugere que a instituição que se criava cumpria o papel que lhe foi cabido, vigiando e normatizando a população mais empobrecida e marginalizada da cidade do Rio. Sugere também que a imprensa se aliava a essas investidas, assumindo o discurso biológico como causa das desigualdades sociais; endossando a autoridade do eugenista e da importância da educação higiênica; reforçando os estereótipos de limpeza, modernidade e desenvolvimento dos sanitaristas e médicos, da mesma forma que associava e reforçava as representações de pobreza, sujeira e periculosidade às massas proletárias e moradores da periferia.

## Referências

- A Colônia de Alienados do Engenho de Dentro. As supostas irregularidades ali existentes. Impressões de uma visita. (1920, 10 de março). *Gazeta de Notícias*, p. 3. Recuperado em 15 de agosto, 2022, de [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730\\_05&pesq=%22ambulat%C3%B3rio%20rivad%C3%A1via%20correa%22&pasta=ano%20192&hf=memoria.bn.br&pagfis=575](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_05&pesq=%22ambulat%C3%B3rio%20rivad%C3%A1via%20correa%22&pasta=ano%20192&hf=memoria.bn.br&pagfis=575)
- A inauguração do ambulatório Rivadávia Corrêa (1920, 2º trimestre). *Arquivos Brasileiros de Neuropsiquiatria e Psiquiatria*, 188-195. Recuperado em 08 de agosto, 2022, de <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=064645&Pesq=canabis&pagfis=1772>
- Albuquerque, W. R. & Fraga, W., Filho (2006). *Uma História do Negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais, Brasília: Fundação Cultural Palmares.
- Almeida, M. S. (2014). Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. *Revista em Pauta*, 34 (12), 131-154.

Recuperado em 08 de agosto, 2022, de  
<https://doi.org/10.12957/rep.2014.15086>

Almeida, S. (2019). *Racismo estrutural*. São Paulo: Editora Jandaíra.

Ambulatório Rivadávia Côrrea (1920, 12 de maio). *Jornal do Brasil*, p. 5. Recuperado em 15 de agosto, 2022, de  
[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_04&pesq=%22ambul%C3%B3rio%20rivad%C3%A1via%20correa%22&pasta=ano%20192&hf=memoria.bn.br&pagfis=2262](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_04&pesq=%22ambul%C3%B3rio%20rivad%C3%A1via%20correa%22&pasta=ano%20192&hf=memoria.bn.br&pagfis=2262)

Ambulatório Rivadávia Corrêa. Colônia de Mulheres Alienadas, no Engenho de Dentro (1920, 14 de junho). *O Jornal*, p. 3. Recuperado em 16 de agosto, 2022, de  
[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523\\_02&pesq=%22Ambulat%C3%B3rio%20Rivad%C3%A1via%20Corr%C3%AAa%22&pasta=ano%20192&hf=memoria.bn.br&pagfis=2072](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_02&pesq=%22Ambulat%C3%B3rio%20Rivad%C3%A1via%20Corr%C3%AAa%22&pasta=ano%20192&hf=memoria.bn.br&pagfis=2072)

A Noite (2022). Em Fundação Getúlio Vargas/Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *Acervo/ Dicionários*. Recuperado de <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/noite-a>

Assistência a Alienados (1920, 19 de junho). *O Malho*, p. 1. Recuperado em 15 de agosto, 2022, de  
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116300&pesq=%22ambul%C3%B3rio%20rivad%C3%A1via%20correa%22&pasta=ano%20192&hf=memoria.bn.br&pagfis=42411>

Basaglia, F. (2010). *Escritos selecionados em saúde mental e reforma psiquiátrica*. Rio de Janeiro: Garamond.

Biroli, F. & Miguel, L. F. (2015). Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. *Mediações Revista de Ciências Sociais*, 20 (2), 27-55. Recuperado em 08 de agosto, 2022, de  
<https://doi.org/10.5433/2176-6665.2015v20n2p27>

Boarini, M. L. (2003). Higienismo, eugenia e a naturalização do social. Em M. L. Boarini (Org.). *Higiene e raça como projetos: higienismo e eugenismo no Brasil*. Maringá: Eduem.

Carvalho, J. M. de (1990). *A formação das almas. O imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Schwarcz.

Carvalho, J. M. de (2001). *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Cia das Letras.



- Costa, J. F. (1981) *História da Psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus.
- Costa, N. R. (1985). *Lutas urbanas e controle sanitário. Origens da política de saúde no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Cunha, M. C. P. (1986). *O Espelho do Mundo. Juquery, a história de um asilo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- É ao padre ou ao Delegado a quem cabe atestar a pobreza dos cidadãos? (1928, 11 de março). *Crítica*, p. 5. Recuperado em 15 de agosto, 2022, de <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=372382&pesq=%22Ambulat%C3%B3rio%20rivadavia%20correa%22&pasta=ano%20192&hf=memoria.bn.br&pagfis=782>
- Engel, M. (2001). *Os delírios da razão. Médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930)*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Estão abertas as matrículas na Escola de Enfermeiras Alfredo Pinto. (1929, 2 de março). *O Jornal*, p. 2. Recuperado em 15 de agosto, 2022, de <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116408&pesq=%22ambulat%C3%B3rio%20rivad%C3%A1via%20correa%22&pasta=ano%20192&hf=memoria.bn.br&pagfis=7608>
- Fanon, F. (2008). *Peles negras, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA.
- Góes, W. L. (2015). *Racismo, eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta de povo em Renato Kehl*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, SP. Recuperado em 08 de agosto, 2022, de <http://hdl.handle.net/11449/124368>
- Goulart, A. C. (2005). Revisitando a espanhola: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro. *Hist. Ciênc. Saúde - Manguinhos* 12 (1), 101-142. Recuperado em 08 de agosto, 2022, de <https://doi.org/10.1590/S0104-59702005000100006>
- Guimarães, A. S. A. (1995). Racismo e antirracismo no brasil. *Novos Estudos CEBRAP* 43, 26-44.
- Henning, C. E. (2015). Interseccionalidade e pensamento feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. *Mediações* 20 (2), 97-128. Recuperado em 08 de agosto, 2022, de <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2015v20n2p97>



- Hirano, F. K. (2019). Marcadores sociais das diferenças: rastreando a construção de um conceito em relação à abordagem interseccional e a associação de categorias. Em F. K. Hirano & M. A. B. F. Machado (orgs). *Marcadores sociais das diferenças: fluxos, trânsitos e intersecções*. Goiânia: Editora Imprensa Universitária.
- Hirata, H. (2014). Gênero, classe e raça. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, 26(1), 61-73. Recuperado em 08 de agosto, 2022, de <https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>
- Inaugura-se amanhã o ambulatório Rivadávia Corrêa. (1920, 12 de junho). *A Noite*, p. 3. Recuperado em 15 de agosto, 2022, de [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970\\_02&pesq=%22ambulato%C3%B3rio%20rivad%C3%A1via%20correa%22&pasta=ano%20192&hf=memoria.bn.br&pagfis=841](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_02&pesq=%22ambulato%C3%B3rio%20rivad%C3%A1via%20correa%22&pasta=ano%20192&hf=memoria.bn.br&pagfis=841)
- Mai, L. D. (2021). Práticas de eugenia em reprodução humana e alienação social. *Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*, 14 (1), 151-166. Recuperado em 08 de agosto, 2022, de <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs ISSN 1984-4352>
- Masanera, A. R. & Silva, L.C. (2000). A influência das ideias higienistas no desenvolvimento da psicologia no Brasil. *Psicol. Estud.*, 5 (11), 115-137. Recuperado em 08 de agosto, 2022, de <https://www.scielo.br/j/pe/a/VSY9ddmBqr4ZmNXgDJr6j9g/?lang=pt>
- Neves, A. (1943). Gustavo Riedel e o Ambulatório Rivadávia Corrêa. *Anais da Colônia Gustavo Riedel*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial.
- Passos, R. G. (2018). "Holocausto ou Navio Negreiro?": inquietações para a Reforma Psiquiátrica brasileira. *Argumentum*, 10 (3), 10-22. Recuperado em 08 de agosto, 2022, de <https://doi.org/10.18315/argumentum.v10i3.21483>
- Polyclínica dos Subúrbios. (1919, 12 de abril). *Gazeta Suburbana*, p. 2. Recuperado em 15 de agosto, 2022, de <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830364&pesq=%22policl%C3%ADnica%20dos%20suburbios%22&pasta=ano%20191&hf=memoria.bn.br&pagfis=20>
- Portugal, F. T. (2005). Comparação e genealogia na psicologia inglesa do século XIX. Em A. M. J. Vilela; A. A. L. Ferreira & F.T. Portugal (orgs), *História da Psicologia. Rumos e Percursos*. Rio de Janeiro: Nau.
- Prefeitura. (1919, 5 de setembro). *A Época*. Recuperado em 15 de agosto, 2022, de



<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720100&pesq=%22policl%C3%ADnica%20dos%20suburbios%22&pasta=ano%20191&hf=memoria.bn.br&pagfis=20949>

Schwarcz, L. M. (2021). *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Cia das Letras.

Será inaugurado hoje o Ambulatório Rivadávia Corrêa (1920, 13 de junho) *Correio da Manhã*, p. 1. Recuperado em 15 de agosto, 2022, de [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_03&pesq=%22ambulat%C3%B3rio%20rivad%C3%A1via%20correa%22&pasta=ano%20192&hf=memoria.bn.br&pagfis=2054](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03&pesq=%22ambulat%C3%B3rio%20rivad%C3%A1via%20correa%22&pasta=ano%20192&hf=memoria.bn.br&pagfis=2054)

Souza M. L. & Boarini, M. L. (2008). A deficiência mental na criação da liga brasileira de higiene mental. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 14 (2), 273-292. Recuperado em 08 de agosto, 2022, de <https://doi.org/10.1590/S1413-65382008000200009>

Souza, V. S. (2016). A eugenia brasileira e suas conexões internacionais: uma análise a partir das controvérsias entre Renato Kehl e Edgard Roquette-Pinto, 1920-1930. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* 23 (1), 91-110. Recuperado em 08 de agosto, 2022, de <https://doi.org/10.1590/S0104-59702016000500006>

#### **Nota sobre os autores:**

*Renata Patricia Forain de Valentim* é doutora em Psicologia e docente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: [renatapfvalentim@gmail.com](mailto:renatapfvalentim@gmail.com).

*Rafaela Antunes Fernandes Petrone* é graduanda em Psicologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: [petronerafaela@gmail.com](mailto:petronerafaela@gmail.com).

*Gustavo Henrique Aragão Muniz de Araújo* é graduando em Psicologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: [ghqmuniz@gmail.com](mailto:ghqmuniz@gmail.com).

*Pedro Henrique Abreu da Silva* é graduando em Psicologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: [pedrohenrique2013rj@gmail.com](mailto:pedrohenrique2013rj@gmail.com).

*Vitor Oliveira Braga* é graduando em Psicologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: [vitorbraga4@gmail.com](mailto:vitorbraga4@gmail.com).

**Data de submissão:** 15.02.2022

**Data de aceite:** 09.07.2022